

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.578 - PB (2019/0193040-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : JOSE EVERALDO DA SILVA
ADVOGADO : NILDEVAL CHIANCA RODRIGUES JÚNIOR - PB012765
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVANTE : LUCENA E BEZERRA LTDA. - ME
ADVOGADO : GIL MARTINS DE OLIVEIRA JÚNIOR - PB070294A
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : LOTERIA DO ESTADO DA PARAIBA
INTERES. : ESTADO DA PARAÍBA
ADVOGADOS : SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES - PB003728
ANGELINI GURGEL BELLO BUTRUS - PB013941

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto, **por LUCENA E BEZERRA LTDA-ME**, contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: i) incidência da Súmula 7/STJ; e ii) o recurso especial não é via adequada para análise de dispositivos constitucionais.

Ocorre que a parte agravante não impugnou, especificamente, o fundamento acerca da inadequação da via do recurso especial para análise de dispositivos constitucionais (pelo contrário, reafirma a ofensa aos artigos constitucionais), o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 581.718/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 22/10/2014; AgRg no AREsp 826.329/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 29/3/2016; AgRg no AREsp 831.877/PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 29/3/2016; AgRg no AREsp 93.737/PB, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 26/2/2016; AgRg no AREsp 704.988/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10/9/2015; AgRg no AREsp 802.217/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/12/2015; e AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/4/2016.

Confirmam-se, ainda, os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal: ARE

Superior Tribunal de Justiça

935.727 AgR/RS, Rel. Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 15/4/2016; ARE 782.043 AgR/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 10/12/2015; ARE 678093 AgR, Rel. Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 20/4/2016.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

